Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações dos resultados **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **12**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras consolidadas. Nessa data, o passivo circulante consolidado excedeu o total do ativo circulante consolidado, R$ 38.372 (R$ 55.616 em 31 de dezembro de 2020). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Auditoria do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, em 7 de abril de 2021, sem modificação com parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	4	3	2.026	10.368
Contas a receber de clientes	12	-	-	8.415	8.883
Estoques	13	5	-	25.112	19.256
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		261	261	261	328
Outros impostos a recuperar		185	185	2.168	1.894
Adiantamentos diversos	18	1.389	111	2.283	781
Despesas antecipadas		52	44	1.020	1.134
Contas a receber com partes relacionadas	21	10.837	12.885	1.731	935
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	181	181	5.641	6.159
Outros ativos		65	66	649	676
Total do ativo circulante		12.979	13.736	49.306	50.414
Não circulante					
Depósitos judiciais		230	-	333	39
Outros impostos a recuperar		67	67	683	339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	3.507	3.075	3.475	3.024
Contas a receber com partes relacionadas	21	8.675	13.124	776	759
Adiantamentos diversos	18	-	3.290	-	3.290
Total do realizável a longo prazo		12.479	19.556	5.267	7.451
Investimentos	15	92.075	88.818	-	-
Imobilizado	16	108	128	42.845	43.243
Intangível	17	38.717	39.545	129.921	132.872
Total do ativo não circulante		143.379	148.047	178.033	183.566
Total do ativo		**156.358**	**161.783**	**227.339**	**233.980**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Fornecedores		201	253	11.778	7.608
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	39.878	60.601
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	125	3	3.109	2.769
Tributos a recolher	22	46	71	9.891	12.104
Salários e provisões trabalhistas		258	1.450	2.439	5.118
Encargos sociais a recolher	22	1.174	2.612	5.640	7.209
Contas a pagar com partes relacionadas	21	7.021	11.094	2.458	1.886
Obrigações com clientes	24	-	-	4.154	2.217
Provisao para contingencias	25	3	3	235	245
Outras contas a pagar	23	2.678	2.530	8.096	6.273
Total do passivo circulante		**11.506**	**18.016**	**87.678**	**106.030**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	50.042	35.157
Tributos a recolher	22	-	-	4.552	6.321
Encargos sociais a recolher	22	1.384	1.154	5.600	7.485
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	493	-	3.055	1.939
Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	2.620	2.620
Contas a pagar com partes relacionadas	21	80.989	80.584	-	100
Aquisições societárias a pagar	18	6.750	11.250	6.750	11.250
Outras contas a pagar	23	-	-	2.442	2.353
Total do passivo não circulante		89.616	92.988	75.061	67.225
Patrimônio líquido	26				
Capital social		89.381	89.381	89.381	89.381
Reservas de capital		84.857	84.857	84.857	84.857
Ajuste de avaliação patrimonial		46.525	46.525	46.525	46.525
Prejuízos acumulados		(165.527)	(169.984)	(165.527)	(169.984)
Participação de acionistas controladores		55.236	50.779	55.236	50.779
Participação de acionistas não controladores		-	-	9.364	9.946
Total do patrimonio líquido		**55.236**	**50.779**	**64.600**	**60.725**
Total do passivo e patrimônio líquido		**156.358**	**161.783**	**227.339**	**233.980**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas líquidas de vendas	27	-	-	112.094	99.863
Custos dos produtos vendidos	28	-	-	(83.683)	(77.969)
Lucro bruto		**-**	**-**	**28.411**	**21.894**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	28	(2.970)	(5.800)	(15.099)	(18.080)
Despesas comerciais	28	1	(4)	(2.523)	(3.285)
Outras despesas, líquidas	28	38	-	(2.072)	(2.064)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**(2.931)**	**(5.804)**	**8.717**	**(1.535)**
Receitas financeiras		28	140	2.663	434
Despesas financeiras		(476)	(1.477)	(5.851)	(22.031)
Resultado financeiro	**29**	**(448)**	**(1.337)**	**(3.188)**	**(21.597)**
Participação em empresas investidas avaliadas pelo método de equivalênc	15	7.404	(16.070)	-	-
Resultado antes dos impostos		**4.025**	**(23.211)**	**5.529**	**(23.132)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	(4)	(2.044)	(357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	432	394	451	412
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**4.457**	**(22.821)**	**3.936**	**(23.077)**
Atribuível a					
Acionistas controladores		4.457	(22.821)	4.457	(22.821)
Acionistas não controladores		-	-	(521)	(256)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**4.457**	**(22.821)**	**3.936**	**(23.077)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2020**	**2020**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.457	(22.821)	3.936	(23.077)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.457	(22.821)	3.936	(23.077)
Atribuível a				
Acionistas controladores	4.457	(22.821)	4.457	(22.821)
Acionistas não controladores	-	-	(521)	(256)
Total do resultado abrangente do exercício	4.457	(22.821)	3.936	(23.077)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020	89.381	84.857	46.525	(147.163)	73.600	10.203	83.803
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(22.821)	(22.821)	(256)	(23.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.381	84.857	46.525	(169.984)	50.779	9.946	60.725
Transações com acionistas não controladores					-	(61)	(61)
Lucro líquido do exercício		-	-	4.457	4.457	(521)	3.936
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.381	84.857	46.525	(165.527)	55.236	9.364	64.600

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.457	(22.821)	3.936	(23.077)
Depreciação e amortização		1.322	1.217	11.057	9.537
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(432)	(394)	(451)	(412)
Equivalência patrimonial	15	(7.404)	16.070	-	-
(Reversão) de provisão para perdas esperadas		-	-	(104)	243
(Reversão) provisão para contingências		-	3	(10)	(96)
Provisão de juros sobre empréstimos		-	-	8.797	13.939
		(2.057)	(5.925)	23.225	134
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	572	(1.081)
Estoques		(5)	-	(5.856)	2.926
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar		-	-	(551)	(222)
Despesas antecipadas		(8)	(18)	114	(202)
Depósitos judiciais		(230)		(294)	16
Outros ativos		2.013	(18)	1.817	(614)
Fornecedores		(52)	86	4.170	(395)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher		591	(26)	(315)	4.859
Salários e provisões trabalhistas		(1.192)	(1.403)	(2.679)	(1.197)
Encargos sociais		(1.209)	1.735	(3.454)	2.762
Dividendos a receber de controladas		-	3.678	-	-
Outras contras a pagar		(4.353)	(30)	(654)	376
		(6.502)	(1.921)	16.095	7.362
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.211)	(354)
Juros de empréstimos pagos		-	-	(1.822)	(560)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(6.502)	(1.921)	12.062	6.448
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		(24)	(28)	(5.869)	(3.452)
Alienação em disponível para venda		-	-	518	-
Investimento em controladas		4.147	(3.263)	(61)	(3)
Aquisição de intangível		(449)	(418)	(1.838)	(979)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos		3.674	(3.709)	(7.250)	(4.434)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos		-	-	-	4.006
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(12.813)	(3.425)
Recebimentos com partes relacionadas		6.497	9.994	472	605
Pagamentos com partes relacionadas		(3.668)	(4.372)	(813)	(420)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		2.829	5.622	(13.154)	766
Aaumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		1	(8)	(8.342)	2.780
Demonstração do aumento (redução) do caixa equivalentes de caixa					
Caixa equivalentes de caixa no início do exercício		3	11	10.368	7.588
Caixa equivalentes de caixa no final do exercício		4	3	2.026	10.368
Aaumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**1**	**(8)**	**(8.342)**	**2.780**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. ("EBAM" ou "Companhia"), foi constituída em 14 de outubro de 2008 e possui como atividade principal a aquisição e desenvolvimento de unidades produtoras de agregados e materiais em todo Brasil. A Ebam é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

Em 23 de junho de 2021, a Amazônia Participações Ltda. ("AMP") firmou contrato com Ebenezer Administração e Consultoria S/C Ltda. ("EBENEZER") e Banyana Investimentos Ltda. ("Banyana") para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 10,24% do capital social da Companhia, conforme nota 26.

Em 17 de setembro de 2021, o Fundo de Investimento em Participações VP Multiestratégia ("FIP VP") firmou contrato com Ebenezer e Banyana para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 9,26% do capital social da Companhia, conforme nota 26.

Com o impacto na economia brasileira aliada à queda na atividade econômica nos exercícios anteriores, assim como a forte redução no acesso ao crédito a Companhia e suas controladas obtiveram uma elevação das despesas financeiras e do fluxo de caixa necessário ao serviço da dívida. Em função disto, a Companhia e suas controladas apresentaram prejuízos acumulados de R$165.527 (R$169.984 em 2020), impactados positivamente pelo lucro consolidado incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$3.936 (prejuízo de R$23.077 em 2020).

Em 2021, a Administração da Companhia, em continuidade ao plano de desalavancagem da Companhia e suas controladas, realizou a renegociação com um dos seus principais credores, obtendo a redução do endividamento bancário líquido com alongamento dos prazos de pagamentos e repactuação dos seus fluxos de caixa.

Como resultado dos esforços aplicados nas repactuações de suas linhas de crédito mais relevantes, o Consolidado da Companhia foi impactado positivamente embora, em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido ("CCL") da Companhia encontra-se negativo em R$ 38.372 (R$ 55.616 em 2020), representado principalmente por dívidas de financiamento.

Ainda consonante ao plano de desalavancagem da Companhia, a Administração permanece aplicando esforços em busca de obtenção de linhas de crédito com fornecedores, na busca por investidores estratégicos para ativos operacionais e direitos minerários de seu portfólio.

A Administração da Companhia espera que a melhora no ambiente econômico continue contribuindo para o aumento de volume de vendas percebido ao longo de 2021, impactando positivamente os preços e margem líquida. Desta forma, a Companhia poderá retomar a geração de caixa operacional mais elevado, permitindo que a Companhia se mantenha corrente com suas operações e obrigações financeiras.

Estas demonstrações financeiras individual e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e não incluem quaisquer ajustes nos valores contábeis e na classificação

de ativos, passivos e despesas reportadas que podem ser exigidos se a continuidade operacional não for apropriada.

Pandemia Covid 19
A Administração da Companhia atuou de forma consistente ao enfrentamento a Pandemia sem prejuízo a suas operações, e manteve o fornecimento de materiais agregados de forma a suprir as necessidades essenciais das regiões em que atua durante todo o período de 2021.

A Administração da Companhia se mantém alerta as medidas oficiais divulgadas de forma a manter a sustentabilidade econômico-financeira de suas Unidades Operacionais, adotando medidas estratégicas para redução de potenciais impactos financeiros, assim como a preservação da saúde dos empregados.

Diante do cenário econômico e financeiro mundial e com as medidas adotadas durante o estado de calamidade, a Administração da companhia não detectou impactos patrimoniais e financeiros relevantes.

A Administração da Companhia se mantém alerta as medidas preventivas e orientações dos órgãos governamentais e de saúde, atuando tempestivamente a respeito da manutenção e preservação da Saúde de seu quadro funcional e prestadores de serviços que atuam fisicamente nas Unidades Operacionais.

2 EBAM e suas controladas diretas e indiretas

a. DS2 Engenharia de Comércio LTDA.

A participação inicial na DS2 Engenharia e Comércio S.A. (“DS2”), localizada em Bragança Paulista foi adquirida em 13 de fevereiro de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Em 26 de outubro de 2017, a empresa alterou o tipo societário de Sociedade Anônima para Limitada.

b. Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.

A participação inicial na Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda. (“Uniporto”), localizada em Porto Feliz, foi adquirida em 28 de maio de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Em 24 de julho de 2019, a Companhia firmou acordo para a venda de ativos imobilizados e intangíveis de sua Unidade Uniporto. A operação foi submetida ao rito de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, tendo sido celebrado o termo de implementação em 01 de novembro de 2019, com preço de venda da operação de R$ 10.491, e o ganho na operação de R$ 3.741 foi reconhecido no resultado do exercício. A Companhia efetuou a baixa do Ágio sobre mais valia dos ativos vendidos no resultado do exercício, no montante líquido de R$ 9.442. Ainda nesta data, a empresa realizou abertura de filial em Boituva, São Paulo.

c. Mineração RS Ltda.

A Mineração RS Ltda. (“MRS”) é uma controlada indireta localizada no Rio Grande do Sul, com a finalidade de atuar na área de produção e comercialização de areia industrial.

A MRS constituiu a Mineração POA Ltda. ("POA") com a finalidade de comercialização de areia no Estado do Rio Grande do Sul. A POA encontra-se em fase pré-operacional.

d. Quartzito Participações Ltda.

A Quartzito Participações Ltda. ("Quartzito") foi constituída em 27 de novembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades operacionais de extração, produção e comercialização de areia na região de Goiás.

A Quartzito, adquiriu 880.000 cotas da empresa Quartziti Mineração Ltda. ("Quartziti"), em 22 de fevereiro de 2013. Em 31 de julho de 2015, a Quartzito adquiriu 453.345 quotas correspondentes a 20% do capital social restante, passando a deter 99% desta entidade. No mesmo ato, a Quartzito transferiu uma quota de sua propriedade para a Figueiredo Imobiliária.

O capital social de Quartziti está representado em 31 de dezembro de 2020 por 9.872.745 quotas, sendo 9.872.744 quotas de Quartzito e 1 quota de Figueiredo.

e. Serobrita Mineração Ltda.

Em 8 de novembro de 2013, a Companhia adquiriu 100% das cotas da empresa Serobrita Mineração Ltda. ("Serobrita").

A Serobrita é uma unidade operacional de extração, produção e comercialização de Brita e Saibro na região do Rio de Janeiro.

f. Serolito Participações Ltda.

A Serolito Participações Ltda. ("Serolito") foi constituída em 1º de julho de 2013, com a finalidade de participar do capital de outras sociedades cujo objeto seja a comercialização de areia ou brita.

g. Amazônia Mucajaí Mineração Ltda.

A Amazônia Mucajaí Mineração Ltda. ("AMM") adquirida em 2 de julho de 2012, está localizada em Manaus com uma filial operacional situada em Presidente Figueiredo, aproximadamente 160 km de Manaus.

h. Mineração Nova Petrópolis Ltda.

A Mineração Nova Petrópolis Ltda. ("MNP"), anteriormente denominada Arenito Participações Ltda., adquirida em 25 de setembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades, está localizada no Rio Grande do Sul para consolidação dos investimentos na região Sul do País. A alteração da denominação da Sociedade para Mineração Nova Petrópolis Ltda., ocorreu em 09 de setembro de 2013.

i. Monazita Participações Ltda.

A Monazita Comércio de Materiais de Construção Ltda. ("Monazita") foi adquirida em 1º de abril de 2014, com a aquisição de 99,8% das suas quotas. A modificação da denominação social para Monazita Participações Ltda., ocorreu em 30 de abril de 2015.

j. Britasul Indústria e Mineração Ltda.

Britasul Indústria e Mineração Ltda. ("Britasul") foi adquirida em 1º de julho de 2014 através da Serolito, com a aquisição de 50% do seu capital social. A Britasul, localizada em Pouso Alegre, MG, atua no fornecimento de agregados minerais da região. Atualmente a Serolito detém 1.735.474 quotas equivalentes a 50% do seu capital social.

k. Caroebe Participações Ltda

Caroebe Participações Ltda. ("Caroebe") foi adquirida em 31 de dezembro de 2016 através da Ebam, com a aquisição de 1.199 quotas equivalentes a 99,99% do capital social. A Caroebe está localizada em Rio de Janeiro, RJ.

l. Figueiredo Imobiliária Ltda.

Figueiredo Imobiliária Ltda. ("Figueiredo"). foi adquirida em 10 de abril de 2012 através da Ebam, com a aquisição de 480 quotas equivalentes a 40% do capital social. A Figueiredo está localizada em Rio de Janeiro/RJ. Após o aumento do capital social em 1 de março de 2018 a Ebam passou a deter 99,90% equivalente a 722.497 quotas.

m. Formosa Mineração Ltda.

Formosa Mineração Ltda. ("Formosa") foi constituída em 17 de janeiro de 2011 e está localizada em Goiânia. A Ebam detém 99% equivalentes a 54.739 quotas e a Serolito detêm 1 quota.

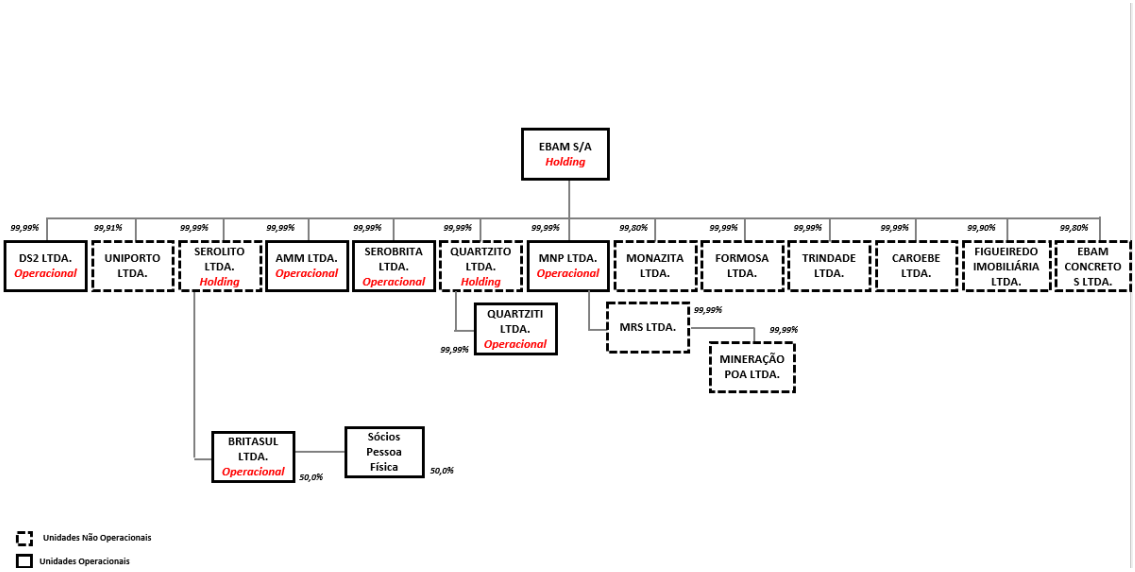
n. Trindade Mineração Ltda.

Trindade Mineração Ltda. ("Trindade") foi constituída em 23 de dezembro de 2011. Em 28 de fevereiro de 2019, com 447.919 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém 99,99% equivalente a 447.918 quotas e Serolito detêm 1 quota. A Trindade está localizada em Goiânia. Após novo aumento de capital social, a Ebam passou a ter 525.918 quotas e a Serolito permaneceu com 1 quota.

o. Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.

Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda. ("Ebam Concretos") foi constituída em 14 de novembro de 2018 com 500 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém 99,80% equivalente a 499 quotas e DS2 detêm 1 quota. A Ebam Concretos está localizada em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2021 a estrutura societária da EBAM estava assim representada:



3 Licenças

A Companhia tem como pré-requisito obter todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro e 2021 e 2020, a Companhia manteve vigente, por meio de suas controladas diretas e indiretas, as seguintes licenças:

			2021		2020	
Controlada	**Nº**	**Tipo**	**Emissão**	**Vigência**	**Emissão**	**Vigência**
DS2	60005905	Licença de operação	25.11.2021	11.06.2025	-	-
DS2	60005828	Licença de operação	30.06.2021	30.06.2024	-	-
DS2	60004746	Licença de operação *	-	-	14.06.2017	11.06.2020
DS2	60005061	Licença de operação	-	-	21.03.2018	02.06.2021
Serobrita	00008	Licença Munic. de instalação e operação	14.12.2016	14.12.2022	14.12.2016	14.12.2022
Serobrita	00009	Licença Munic. de instalação e operação	16.12.2016	16.12.2022	16.12.2016	16.12.2022
Serobrita	39717	Licença de operação *	24.05.2017	24.05.2021	24.05.2017	24.05.2021
AMM	127/2008-08	Licença de operação*	-	-	07.01.2019	17.02.2021
AMM	127/08-10	Licença de operação	18/02/2021	18/02/2023	-	-
Britasul	157/2013	Licença de operação	-	-	02.12.2013	02.12.2021
Britasul	060/2015	Licença de operação corretiva	-	-	01.06.2015	01.06.2021
Britasul	104/2018	Licença prévia de instalação	-	-	14.06.2018	02.12.2021
Britasul	3643/2020	Licença de operação corretiva	29.10.2021	29.01.2031	-	-
Britasul	615/2021	Licença de operação	30.07.2021	30.07.2031	-	-
Trindade	1361/2015	Licença de instalação *	29.06.2015	29.06.2021	29.06.2015	29.06.2021
Quartziti	253/2021	Licença de funcionamento	28.05.2021	28.05.2027	-	-
Quartziti	2936/2013	Licença de funcionamento	-	-	06.12.2013	06.12.2019
Nova Petrópolis	013/2018	Licença de operação	20.02.2018	29.08.2022	20.02.2018	29.08.2022
Formosa	125-1/2020	Licença de operação	31.07.2020	31.07.2023	31.07.2020	31.07.2023

(*) Licença em fase de renovação

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia faz uso de estimativas e julgamentos na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, estão contempladas a seguir.

a. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) do imobilizado e ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do ativo imobilizado e ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 17. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

b. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Administração não identificou qualquer indicativo de mudança na estimativa de vida útil dos bens do imobilizado e valor residual.

c. Método e prazo de amortização de direitos minerários

A Companhia efetua a amortização de suas jazidas minerais através do método de quantidade extraída, ao longo da vida útil estimada do ativo intangível.

d. Perdas de crédito esperadas

As perdas financeiras esperadas sobre clientes são reconhecidas através da análise individual, análise do segmento de atuação, característica do grupo e exposição financeira, assim como perdas de crédito esperadas, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência. Essa avaliação é efetuada pela administração e suportada por julgamentos e análise de situação financeira dos clientes, de forma individual e por grupo econômico.

7 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia e suas controladas adotou inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 8.

8 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

8.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor recuperável liquido, quando aplicável.

8.2 Base de consolidação

a. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das seguintes empresas controladas diretas e indiretas (participação no capital total - %):

Participação direta		**2021**	**2020**
Amazônia Mucajaí Mineração Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Formosa Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Trindade Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Figueiredo Imobiliária Ltda.	Holding	99,90%	99,90%
Caroebe Participações Ltda	Holding	99,99%	99,99%
Mineração Nova Petrópolis Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Quartzito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serolito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serobrita Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Monazita Ltda.	Pré-Operacional	99,80%	99,80%
DS2 Engenharia e Comercio S.A.	Operacional	99,99%	99,99%
Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.	Operacional	99,91%	99,91%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	99,80%	99,80%
Participação indireta			
Mineração RS Ltda	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Mineração POA Ltda	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Quartziti Mineradora Ltda	Operacional	99,99%	99,99%
Britasul Industria e Mineração Ltda (*)	Operacional	50,00%	50,00%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	00,19%	00,19%

(*) Companhia firmou contrato de investimento com os sócios não controladores garantindo o controle sobre as operações relevantes das Sociedades, a gestão de caixa e o risco inerente as suas operações embora a participação adquirida seja inferior a 51% das cotas destas sociedades.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não

financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 /IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR
Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros
O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais, ou qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

8.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as Entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados por entidade contribuinte líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e as despesas de venda. A Companhia realiza topografia dos estoques periodicamente com a finalidade de levantar diferenças entre os valores contabilizados e o resultado apurado nas topografias.

8.5 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, instalações industriais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções diárias são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Revisões regulares e programadas são reconhecidas ao ativo beneficiado.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10-30
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas" na demonstração do resultado.

8.6 Intangível

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

c. Direito minerário

Os ativos minerários são representados por direitos de exploração e desenvolvimento de área cujo objetivo é estimar o prazo de extração das jazidas minerais e a geração de benefícios econômicos futuros e são amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral.

d. Custo para retirada de ativos e reflorestamento

São representados pelos custos para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

e. Custos de remoção de estéril de mina de superfície na fase de produção

Os gastos com a remoção de resíduos minerários, chamados de custos de remoção de estéril (*stripping*), são capitalizados com base nos custos incorridos em preparação para extração do minério. Esses custos são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada, a partir do início da produção na mesma.

f. Despesas de exploração e desenvolvimento

Para as despesas de exploração e desenvolvimento, a Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza os princípios contábeis em linha com as normas internacionais IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Desta forma, são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida mineral. A partir de então, os gastos incorridos com licenças de exploração são registrados no Ativo Intangível e os gastos incorridos com custos de desenvolvimento de minas são classificados na rubrica "Obras em Andamento" no Ativo imobilizado.

8.7 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos imobilizados não são mais depreciados.

8.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a perda esperada em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' do CPC 38 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A avaliação da Companhia foi realizada com base em seus recebíveis. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos além da avaliação

de crédito seguindo avaliações publicadas externamente. Nesse sentido, a Administração identificou um baixo risco de perda para seus clientes e, portanto, conclui-se que as perdas esperadas de créditos foram imateriais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A Companhia identificou indicativos de *impairment* para 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não houve necessidade de registro de *impairment*.

8.9 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os ativos mantidos sob arrendamentos são classificados como custo quanto incorridos e são reconhecidos no resultado da Companhia.

8.10 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia comercializam britas, areia, massa asfáltica (CBUQ), asfalto frio e solos especiais para construtoras, empresas produtoras e/ou aplicadoras de asfalto, produtoras de concreto, prefeituras e varejo. A receita operacional é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento.

O momento da transferência do controle para o cliente varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos são praticados operações distintas

sendo as principais: (i) CIF (*cost, insurance and freight*), que incluem custos de entrega, fretes e seguros na qual a transferência do controle ocorre no momento da entrega ao cliente, (ii) FOB (*Free On Board*), cuja operação de entrega é de total responsabilidade do cliente e a transferência do controle ocorre no momento da retirada do material nas instalações da Companhia, (iii) consignação industrial, na qual a transferência do controle ocorre na disponibilização dos produtos nas instalações do cliente.

8.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais custos uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Concessões de aluguel relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 6/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 – Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

10 Gerenciamento dos riscos financeiros

10.1 Fatores de risco Financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria corporativa da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, pode vir a ser significativo o impacto nas despesas financeiras de eventuais aumentos desse indexador devido a característica de seus empréstimos e também devido a queda da taxa básica de juros.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito e/ou pela alçada competente, conforme Política de Crédito.

O monitoramento da utilização dos limites de crédito é realizado periodicamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição deste risco é insignificante.

Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2021	**2020**
A vencer		
Até 30 dias	6.509	6.564
De 31 a 180 dias	1.108	616
	7.617	7.180
Valores vencidos		
Até 30 dias	555	591
De 31 a 60 dias	81	122
De 60 a 180 dias	121	180
Acima de 180 dias	3.415	5.446
	4.172	6.339
	11.789	13.518

(ii) Caixa equivalente de caixa

A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R$ 4 e R$ 2.026 em 31 de dezembro de 2021 (R$3 e R$10.368) individual e consolidado respectivamente. O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela Administração.

A previsão de fluxo de caixa é realizada através da gestão efetuada pelo departamento Financeiro.

Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia assegurando o uso do caixa de forma a suprir às necessidades operacionais e extraordinárias.

Através da análise periódica de risco de liquidez, a Administração da Companhia efetuou um plano de renegociação das dívidas junto aos credores, com a inclusão de carências, alongamento de prazo e redução de taxas de juros. Com as renegociações efetivadas em 2021 e com as operações em andamento em busca de obtenção de carência, alongamento de prazos e redução de custos, a Administração entende que será capaz de cumprir o fluxo de amortização das dívidas e a geração de caixa da Companhia e Unidades de acordo com o plano de negócios.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas e de acordo com a política de investimentos da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas se assemelha ao valor contábil.

	Consolidado	
	Menos de um ano	**Entre um e cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	11.778	-
Empréstimos e financiamentos	39.878	50.042
Aquisições societárias a pagar (*)	-	6.750
Contas a pagar com partes relacionadas	2.458	-
Obrigações com clientes	4.154	-
Outras contas a pagar (**)	8.096	2.442
	66.364	**59.234**

	Consolidado	
	Menos de um ano	**Entre um e cinco anos**
Em 31 de dezembro de 2020		
Fornecedores	7.608	-
Empréstimos e financiamentos	60.601	35.157
Aquisições societárias a pagar (*)	-	11.250
Contas a pagar com partes relacionadas	1.886	100
Obrigações com clientes	2.217	-
Outras contas a pagar (**)	6.273	2.353
	78.585	**48.860**

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº 23, a Companhia possui obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos de Britasul e Amazônia Participação.

10.2 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A variável de riscos relevante para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de seis meses para essa avaliação é sua exposição à variação do CDI no que tange a seus passivos financeiros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2021 e 2020. O cenário provável considera a divulgação das taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2021, considerando ainda altas e baixas futuras de 10%.

Os cenários adotados foram um aumento de 10% e deterioração de 25% e 50% para os nossos ativos financeiros e uma alta de 10%, 25% e 50% para o nosso passivo financeiro.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinados riscos, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

			Em 31 de dezembro de 2021			
	Operação	**Taxa**	**Posição na data-base**	**Provável (+10%)**	**Possível (-25%)**	**Remoto (-50%)**
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		12,00%	13,20%	10,20%	6%
	Aplicações financeiras	95% CDI	1.083	143	110	65
	Impacto financeiro do CDI			**143**	**110**	**65**

	Operação	**Taxa**	**Posição na data-base**	**Provável (+10%)**	**Possível (+25%)**	**Remoto (+50%)**
			12,00%	13,20%	10,20%	6%
Passivos financeiros	Estimativa do CDI					
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	7,8% a.a. + CDI	70.751	9.339	10.613	12.735
	Leasing	4,0% a.a. + CDI	8.001	1.056	1.200	1.440
				10.395	**11.813**	**14.175**

			Em 31 de dezembro de 2020			
	Operação	**Taxa**	**Posição na data-base**	**Provável (+10%)**	**Possível (-25%)**	**Remoto (-50%)**
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		2,64%	2,90%	1,98%	1,32%
	Aplicações financeiras	95% CDI	9.354	271	185	123
	Impacto financeiro do CDI			2,64%	2,90%	3,30%

	Operação	**Taxa**	**Posição na data-base**	**Provável (+10%)**	**Possível (+25%)**	**Remoto (+50%)**
Passivos financeiros	Estimativa do CDI		2,64%	2,90%	3,30%	3,96%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	7,8% a.a. + CDI	64.958	1.884	2.144	2.572
	Leasing	4,0% a.a. + CDI	6.044	175	199	239
				2.059	**2.343**	**2.811**

10.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

10.4 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado.

A Companhia, suas controladas e coligadas não efetuam aplicações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	Controladora	**Consolidado**
	Custo Amortizado	**Custo Amortizado**
31 de dezembro de 2021		
Contas a receber de clientes	-	8.415
Contas a receber com partes relacionadas	19.512	2.507
	19.512	10.922
31 de dezembro de 2020		
Contas a receber de clientes	-	8.883
Contas a receber com partes relacionadas	26.009	1.694
	26.009	**10.577**

Os passivos financeiros são classificados como se segue:

	Controladora	Consolidado
	Custo amortizado	**Custo amortizado**
31 de dezembro de 2021		
Empréstimos e financiamentos	-	89.920
Contas a pagar com partes relacionadas	88.010	2.458
Aquisições societárias a pagar (*)	6.750	6.750
Obrigações com aquisição de investimento (**)	2.504	3.760
Obrigações legais	177	8.724
	97.441	111.612
31 de dezembro de 2020		
Empréstimos e financiamentos	-	95.758
Contas a pagar com partes relacionadas	91.678	1.986
Aquisições societárias a pagar (*)	11.250	11.250
Obrigações com aquisição de investimento (**)	2.522	3.725
Obrigações legais	11	7.363
	105.461	120.082

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº23, a Companhia possuí obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos Britasul e Amazônia Participação.

11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos e outros fins, contemplando numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	4	3	943	1.014
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	-	-	1.083	9.354
	4	3	2.026	10.368

(a) As aplicações financeiras são representadas por Certificado de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), gerando rentabilidade média em 2021 entre 95% e 100% (95% e 100% em 2020). Essas aplicações possuem garantia de recompra, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

12 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	**2020**
Clientes	11.789	13.588
(-) Perdas de créditos esperadas	(3.374)	(4.705)
	8.415	8.883

A exposição da Companhia a riscos de crédito bem como o quadro por vencimentos relacionados aos clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 10.1 (b).

As estimativas de perdas de créditos esperadas registrada no resultado consolidado no exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R$ 104 e R$ 80, respectivamente.

13 Estoques

	Consolidado	
	2021	**2020**
Produtos acabados	16.471	13.041
Almoxarifado (material de reposição e outros)	7.533	5.342
Outros estoques	1.107	873
	25.112	19.256

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas" consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizaram R$ 83.683 e R$ 77.969, respectivamente.

Adicionalmente, estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$1.860 mil (R$2.496). Essa redução foi reconhecida como custo em 2021 e 2020, respectivamente.

14 Ativos não circulantes mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Máquinas e equipamentos	150	150	5.610	6.128
Terrenos	31	31	31	31
Total dos ativos não circulantes mantidos para venda	181	181	5.641	6.159

A Administração se comprometeu com um plano de desinvestimento de ativos imobilizados operacionais, que foram substituídos por novos ou em estágio de ociosidade. Assim, parte dos ativos imobilizados está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Devido a situação política e queda na economia nos últimos anos, a administração não realizou esses ativos ao longo do exercício e nesse sentido juntou esforços com a expectativa de que a venda desse grupo de ativos se realize por um prazo inferior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo de ativos mantidos para venda estava registrado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e compreendia R$ 5.641 (R$ 6.159 em 2020), representado por máquinas e equipamentos disponíveis na Companhia e suas controladas.

15 Investimentos

A movimentação dos investimentos, apresentada nas demonstrações financeiras individuais da controladora é como segue:

a. Controladora

(i) Movimentação do investimento

Saldo em 1º de janeiro de 2020	**105.306**
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do período	(16.070)
Outros	(418)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**88.818**
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do exercício	7.404
Dividendos	(3.686)
Outros	(461)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**92.075**

(ii) Informações patrimoniais e financeiras

	2021						
	Quartzito	**MNP**	**AMM**	**DS2**	**UNIPORTO**	**SEROBRITA**	**SEROLITO**
Capital social	16.570	15.412	27.690	211	9.360	42.574	8.486
Patrimônio líquido	7.073	5.957	21.486	8.655	(1.594)	8.889	7.053
Prejuízo do exercício	(370)	(345)	(6.275)	(3.668)	(471)	(259)	(1.080)
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,91%	99,99%	99,99%

	2020						
	Quartzito	**MNP**	**AMM**	**DS2**	**UNIPORTO**	**SEROBRITA**	**SEROLITO**
Capital social	16.570	15.412	27.690	211	9.360	42.574	8.486
Patrimônio líquido	7.443	6.301	14.357	6.572	1.124	9.148	7.612
Prejuízo do exercício	(392)	(283)	(2.428)	(971)	(1.801)	(9.651)	(270)
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,91%	99,99%	99,99%

16 Imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as movimentações registradas nas contas do ativo imobilizado foram as seguintes:

	Controladora		
	2021		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**
Edificações	133	(128)	5
Móveis, utensílios e equipamentos	509	(406)	103
	642	(534)	108

	Controladora		
	2020		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**
Edificações	133	(124)	9
Móveis, utensílios e equipamentos	485	(366)	119
	618	(490)	128

	Consolidado		
	2021		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**
Terrenos	844	-	844
Edificações	26.395	(12.981)	13.414
Veículos e máquinas	73.940	(47.051)	26.889
Móveis, utensílios e equipamentos	1.843	(1.454)	389
Imobilizado em andamento	1.309	-	1.309
	104.331	(61.486)	42.845

	Consolidado		
	2020		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor Líquido**
Terrenos	844	-	844
Edificações	26.011	(11.521)	14.490
Veículos e máquinas	70.959	(43.790)	27.169
Móveis, utensílios e equipamentos	1.787	(1.334)	453
Imobilizado em andamento	287	-	287
	99.888	(56.645)	43.243

	Consolidado					
	Terrenos	**Edificações**	**Veículos e máquinas**	**Móveis, utensílios e equipamentos**	**Imobilizado em andamento (a)**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**844**	**15.628**	**29.851**	**519**	**862**	**47.704**
Adições	-	398	4.536	74	5.125	10.133
Baixas	-	(95)	(906)	(23)	(5.700)	(6.724)
Transferência	-	-	(3.767)	(6)	-	(3.773)
Depreciação	-	(1.441)	(2.545)	(111)	-	(4.097)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**844**	**14.490**	**27.169**	**453**	**287**	**43.243**
Adições	-	423	6.197	64	9.598	16.282
Baixas	-	(39)	(3.215)	(2)	(8.576)	(11.832)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.460)	(3.261)	(128)	-	(4.848)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**844**	**13.414**	**26.890**	**388**	**1.309**	**42.845**
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	844	26.011	70.959	1.787	287	99.888
Depreciação acumulada	-	(11.521)	(43.790)	(1.334)	-	(56.645)
	844	**14.490**	**27.169**	**453**	**287**	**43.243**
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	844	26.395	73.940	1.843	1.309	104.332
Depreciação acumulada	-	(12.981)	(47.051)	(1.454)	-	(61.486)
	844	**13.414**	**26.890**	**388**	**1.309**	**42.845**
Vida útil dos ativos	-	25 anos	5 a 30 anos	5 a 10 anos	-	-

Não houve perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

17 Intangível

	Controladora			
	2021			
	Custo	***Impairment***	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares e outros	252	-	(241)	11
Desenvolvimento	300	(8)	-	292
Direito minerário	46.258	-	(7.844)	38.414
	46.810	(8)	(8.085)	38.717

	Controladora			
	2020			
	Custo	***Impairment***	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares e outros	252	-	(231)	21
Desenvolvimento	300	-	-	300
Direito minerário	46.257	-	(7.033)	39.224
	46.809	-	(7.264)	39.545

	Consolidado			
	2021			
	Custo	***Impairment***	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares e outros	441	-	(423)	18
Desenvolvimento	2.115	-	(46)	2.069
Direito minerário	146.961	-	(26.229)	120.732
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(334)	2.569
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	156.951	-	(27.032)	129.921

	Consolidado			
	2020			
	Custo	***Impairment***	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**
Softwares e outros	441	-	(406)	35
Desenvolvimento	2.123	-	(41)	2.082
Direito minerário	145.117	-	(21.493)	123.624
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(302)	2.601
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	-	-	4.530
	155.114	-	(22.242)	132.872

(a) O valor para a retirada de ativos reflete a estimativa de gastos a serem incorridos com a recuperação das áreas dos empreendimentos minerais visando retorná-la ao mais próximo possível da condição anterior à atividade mineral ou disponibilizar esta área para atividades úteis a sociedade.

(b) O ágio na aquisição de controladas e coligadas é oriundo da aquisição da MRS.

No exercício findo em 31 de dezembro e 2021 e 2020, as movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

	Consolidado					
	Ágio	**Direito minerário**	**Desenvolvimento**	***Softwares* e outros**	**Custo para retirada de ativos e reflorestamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**4.530**	**123.624**	**2.082**	**35**	**2.601**	**132.872**
Adições	-	2.165	11	-	-	2.165
Baixas	-	(437)	(19)	‘	-	(457)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.620)	(5)	(15)	(32)	4.672
	4.530	2.891	24	17	32	129.921
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	4.530	146.961	2.115	441	2.903	156.951
Amortização acumulada	-	(26.229)	(46)	(423)	(334)	27.032
Saldo contábil, líquido	**4.530**	**120.732**	**2.069**	**18**	**2.570**	**129.921**

	Consolidado					
	Ágio	**Direito minerário**	**Desenvolvimento**	***Softwares* e outros**	**Custo para retirada de ativos e reflorestamento**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**4.530**	**125.615**	**2.607**	**57**	**2.631**	**135.440**
Adições	-	3.100	-	4	-	3.104
Baixas	-	(2.196)	(485)	(4)	-	(2.685)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(2.895)	(40)	(22)	(30)	(2.987)
	4.530	123.624	2.082	35	2.601	132.872
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	4.530	145.117	2.123	441	2.903	155.114
Amortização acumulada	-	(21.493)	(41)	(406)	(302)	(22.242)
Saldo contábil, líquido	**4.530**	**123.624**	**2.082**	**35**	**2.601**	**132.872**

Os direitos minerários são amortizados pelo prazo de vida útil das áreas de exploração mineral e amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral. A vida útil estimada em 31 de dezembro de 2021 e 2020, baseadas em sua produção são de 20 a 35 anos.

Teste de Impairment

De acordo com o CPC 01 (R2) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos considera a recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e ágios onde aplicável. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa assumindo o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura.
- Taxa de desconto de 14,73% (9,66% em 2020).

- Além do fluxo de caixa projetado de 2022 a 2026, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital ("*WACC*") descrito acima.

  A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, não identificou perdas em a serem reconhecidas durante o exercício 2021 e 2020.

18 Aquisições societárias a pagar

Nesta rubrica está registrado o saldo de aquisição da Serobrita de R$ 6.750 (R$ 11.250 em 31 de dezembro de 2020) a ser pago em até seis parcelas mensais consecutivas e de mesmo valor corrigidas pelo IGP-M - índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da verificação da condição até o respectivo pagamento, sendo a primeira devida 30 (trinta) dias após a ocorrência das seguintes condições:

(a) Obtenção, pela Companhia, de licença operacional para exploração do direito minerário consubstanciado pela Portaria de Lavra, incluindo licença para exploração dessas reservas minerais com rebaixamento até a Cota 14, e, cumulativamente,

(b) Apresentação de acordo extrajudicial entre os vendedores, a sociedade e a Empresa de Mineração Fonte Limpa Ltda. (EMFOL).

Até 31 de dezembro de 2021 não ocorreu o atendimento às condições supracitadas. Tendo em vista o não atingimento do rebaixamento até a profundidade (Cota) de 14 metros da reserva lavrável prevista no contrato de compra e venda e a obtenção de licenciamento com vencimento em 24 de maio de 2021, onde a referida cota não foi averbada. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de adiantamentos aos vendedores no montante de R$ 2.283 (R$ 3.290 em 31 de dezembro de 2020). Tais montantes foram registrados na rubrica de adiantamentos diversos.

19 Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de financiamento	**Moeda**	**Taxa anual média de juros - %**	**2021**	**2020**
Empréstimo capital de giro - pós fixado	Real	7,8% a.a. + CDI	70.751	64.958
Empréstimo capital de giro - pré fixado	Real	21,4% a.a.	-	9.953
FINAME	Real	5,0% % a.a.	11.168	8.919
Leasing	Real	4,0% a.a. + CDI	8.001	11.928
			89.920	95.758
Circulante			39.878	60.601
Não circulante			50.042	35.157
			89.920	95.758

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional		
Seis meses a um ano	39.878	60.601
Um a cinco anos	50.042	35.157
	89.920	95.758

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia ou suas controladas no nível individual tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Não há cláusulas restritivas para os atuais empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021.

Garantias

Os financiamentos sob a modalidade de leasing financeiro possuem como garantia o próprio ativo financiado. Os empréstimos de capital de giro possuem como garantia o aval da Companhia, de seus ativos e ativos de suas controladas. Para a controlada Britasul existe o aval dos sócios pessoas físicas em Cédulas de Créditos Bancários - CCBs.

20 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas adotam o regime de tributação com base no lucro real para apuração do imposto de renda e da contribuição social, a exceção da controlada AMM onde sua apuração em 2021 ocorreu com base no lucro presumido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Imposto de renda e contribuição social a recolher	618	3	6.164	4.708
Circulante	125	3	3.109	2.769
Não circulante	493	-	3.055	1.939

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.457	(22.821)	3.936	(23.077)
Alíquota nominal combinada (IRPJ = 25% e CSLL = 9%)	34%	34%	34%	34%
Tributos calculados às alíquotas nominais	1.652	(7.759)	1.338	(7.846)
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:				
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	(2.517)	5.464	-	-
Outras adições permanentes	-	-	(1.233)	7.361
Amortização de mais valia	-	-	431	430
		-		55
Imposto de renda e contribuição social corrente - lucro Real	-	(4)	(536)	(357)
Imposto de renda e contribuição social corrente - lucro Presumido	-	-	(1.508)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	432	394	451	412

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado		
	Ágio	**Direitos minerários**	**2021**
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	-	(32.098)	(32.098)
Ativo de imposto diferido, líquido	35.573	(32.098)	3.475

	Consolidado		
	Ágio	**Direitos minerários**	**2020**
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	-	(32.549)	(32.549)
Ativo de imposto diferido, líquido	35.573	(32.549)	3.024

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	3.024	2.615
Reversão	-	(3)
Amortização	451	412
	3.475	3.024

21 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia e controladas. A despesa com remuneração do pessoal-chave da administração por seus serviços prestados está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Remuneração - pró-labore	2.358	2.934
Remuneração – outros	-	3.040
	2.358	5.974

b. Contas a receber e contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a receber com controladas	19.476	26.009	-	-
Contas a receber de pessoas físicas	36	-	2.507	1.694
Total de Contas a receber com partes relacionadas	19.512	26.009	2.507	1.694
Total do ativo circulante	10.837	12.885	1.731	935
Total do ativo não circulante	8.675	13.124	776	759

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Contas a pagar a controladas	85.552	91.678	-	-
Contas a pagar a pessoas físicas	2.458	-	2.458	1.986
Total de Contas a pagar com partes relacionadas	88.010	91.678	2.458	1.986
Total do passivo circulante	7.021	11.094	2.458	1.886
Total do passivo não circulante	80.989	80.584	-	100

22 Tributos e encargos sociais a recolher

	Consolidado		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
PIS e COFINS a recolher	31	56	4.536	5.545
ISS a recolher	15	15	69	38
CFEM	-	-	5.073	4.722
ICMS	-	-	4.048	7.323
Outros	-	-	717	797
	46	71	14.443	18.425
INSS a recolher	1.651	1.856	9.550	12.256
Outros	907	1.910	1.690	2.438
	2.604	3.837	25.683	33.119
Tributos a recolher passivo circulante	46	71	9.891	12.104
Tributos a recolher passivo não circulante	-	-	4.552	6.321
Encargos sociais a recolher passivo circulante	1.174	2.612	5.640	7.209
Encargos sociais a recolher passivo não circulante	1.384	1.154	5.600	7.485

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Obrigações com terceiros - Britasul (a)	-	-	1.256	1.203
Obrigações com terceiros - Amazônia (b)	-	-	2.504	2.522
Provisões	-	-	2.486	2.101
Outras contas a pagar	2.678	2.530	4.292	2.800
	2.678	2.530	10.538	8.626
Circulante	2.678	2.530	8.096	6.273
Não circulante	-	-	2.442	2.353

A obrigação com terceiros refere-se a:

(a) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 50% das cotas de Britasul a pagar de R$ 10.000, compostos por uma parcela fixa de R$ 4.500 e duas parcelas variáveis, calculadas e pagas aos vendedores, sujeito a condições precedentes e conclusão de documentações. A Companhia e os sócios pactuaram aditivos ao contrato repactuando a obrigação o fluxo de pagamento e as condições de liquidação.

(b) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 1.414.619 ações ordinárias de Amazônia Participações Ltda., referentes à participação societária de 13,52%, pelo montante de R$ 14.000, pago com uma parcela de R$ 10.500 em janeiro de 2013 e R$ 3.500 como "escrow account" ou conta garantida, a qual será paga ou compensada em até 5 anos. Em junho

de 2021 a Companhia firmou instrumento de confissão de dívida junto aos vendedores alterando os fluxos de pagamentos. Até 31 de dezembro de 2021 foi compensado o montante de R$ 136 por amortização da dívida, considerando atualizações pelo CDI, restando um saldo de R$2.504 (R$ 2.522 em 2020).

24 Obrigações com clientes

A Companhia possui obrigações com seus clientes relativo, principalmente, aos recursos recebidos sobre a venda de ativos mantidos para venda e venda de agregados para entrega futura no total de R$4.154 (R$ 2.217 em 2020). Essas obrigações devem ser compensadas à medida que a Companhia realizar a entrega de seus produtos.

25 Provisão de contingências

A Entidade e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

AÇÕES	**NATUREZA**
Processos trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras e seus reflexos, diferenças salariais e verbas rescisórias, adicionais entre outros) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Processos tributários	Os processos tributários referem-se a disputas de compensações de impostos e contribuições não homologados pela Receita Federal do Brasil e execuções fiscais com cobrança, em sua maioria, de ICMS, IPTU, multas de trânsito e CFEM, os quais se encontram com exigibilidade suspensa decorrente de parcelamento ou valor depositado em juízo.
Processos cíveis	Os processos cíveis com prognóstico provável trata-se de ações de Execução de Título Extrajudicial, de Cobrança, Monitórias. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente, com em fases processuais distintas.

a. Movimentação das contingências prováveis

	2020	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**2021**
Processos trabalhistas	**136**	141	(10)	35	**232**
Processos tributários	**69**	14	-	80	**3**
Processos cíveis	**40**	-	(40)	-	**-**
	245	155	(50)	115	**235**

b. Contingências Possíveis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, julgou o risco como perda possível. As obrigações decorrentes destes processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	2021	2020
Processos trabalhistas	432	447
Processos tributários	16.138	10.699
Processos cíveis	6.110	4.927
	22.680	**16.073**

PROCESSOS	NATUREZA
Processos trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas. Os processos com prognóstico possível são em sua maioria a pedido de adicional de periculosidade e insalubridade, horas extras, diferença de horas extras e in itinere em razão dos pedidos de adicional de insalubridade e periculosidade e verbas rescisórias. Todos os processos se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Processos tributários	Os processos tributários são referentes a ações fiscais em curso promovidas pelo ente público (Secretarias de Fazenda Estadual ou Municipal/Receita Federal/Autarquias Federais/Órgãos Públicos) a qual figuramos no polo passivo, visando em sua maioria a cobrança de tributos estaduais sendo o principal a cobrança de ICMS na Unidade AMM localizada na Zona Franca de Manaus, no montante de R$ 6.394,o qual a avaliação dos assessores legais julga não ser provável a probabilidade de perda devido ao benefício concedido pelo Convênio ICM nº 65/1988 ao regulamentar os aspectos elementares de isenção do ICMS nas remessas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus
Processos cíveis	Os processos cíveis com prognóstico possível trata-se de ações Monitórias, de Cobrança, Execução de Título Extrajudicial, Anulatória de Duplicata, Declaratória de Existência de Relação Contratual, Declaratória de Inexistência de Débito, Indenizatórias e Usucapião. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente e estão em fases processuais distintas.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 23 de junho de 2021, a AMP contrato com Ebenezer e Banyana para a venda de 10,24% das ações de sua titularidade pelo preço de aquisição de R$ 100,00, sendo 1.563.286 ações, equivalentes 75% a Ebenzer firmou pelo preço de R$ 75,00 e 521.095 equivalentes a 25% a Banyana peço preço de R$ 25,00.

Em 17 de setembro de 2021, o FIP VP firmou contrato de venda da totalidade das suas ações representando 9,26% do capital social da Companhia, pelo preço de aquisição de R$ 100,00, sendo 1.413.749 ações, equivalentes 75% a Ebenezer firmou pelo preço de R$ 75,00 e 471.250 equivalentes a 25% a Banyana peço preço de R$ 25,00.

	Quantidade de ações - milhares	Capital Social
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020.	20.358.248	89.381

A Companhia tem somente uma classe de ações ordinárias que estão divididas da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021 e 2020	
	Quantidade de ações - milhares	**R$**
Basel Participações S. A.	16.264.905	71.180
Ebenezer Administração e Consultoria S/C Ltda.	2.977.026	13.028
Banyana Investimentos Ltda.	992.344	4.343
Outros acionistas	123.963	830
	20.358.248	89.381

b. Reserva de capital

A reserve foi constituída através de montantes aprovados em ata de assembleia geral da Companhia no montante de R$ 84.857.

c. Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou lucros de R$ 4.457, que foram destinados a absorção de prejuízos acumulados. Por esta razão não distribuiu dividendos.

27 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Venda de produtos	122.612	108.645
Impostos sobre vendas		
(-) ICMS	(6.312)	(4.847)
(-) PIS/COFINS	(2.837)	(2.655)
(-) CFEM	(1.018)	(887)
(-) Devolução e abatimentos	(351)	(393)
	112.094	99.863

28 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2.021	**2.020**	**2.021**	**2.020**
Custos dos produtos vendidos	-	-	(83.683)	(77.969)
Despesas gerais e administrativas	(2.970)	(5.800)	(15.099)	(18.080)
Despesas comerciais	-	(4)	(2.523)	(3.285)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	38	-	(2.072)	(2.064)
	(2.932)	**(5.804)**	**(103.377)**	**(101.398)**
Gastos com pessoal			(37.725)	(44.529)
Depreciação e amortização			(5.611)	(7.292)
Gastos com frete			(22.544)	(25.147)
Despesas comerciais			(2.523)	(3.285)
Manutenção e conservação			(11.505)	(6.636)
Gastos gerais administrativos			(8.635)	(4.937)
Serviços prestados por terceiros			(9.600)	(5.609)
Despesas de transporte e comissões			(2.251)	(1.063)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos			(869)	(406)
Outras despesas gerais e administrativas			(41)	(430)
Outras receitas (despesas)			(2.072)	(2.064)
			(103.377)	**(101.398)**

29 Receitas e despesas financeiras

	Controladora	
	2021	**2020**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	28	140
	28	**140**
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(476)	(1.477)
	(448)	**(1.337)**

	Consolidado	
	2021	**2020**
Receitas financeiras		
Juros recebidos	250	231
Rendimentos de aplicações financeiras	86	89
Descontos obtidos	2.320	114
Outras receitas financeiras	7	-
	2.663	**434**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.109)	(14.255)
Juros sobre fornecedores e tributos	(3.016)	(6.510)
IOF	(10)	(5)
Descontos concedidos	(1)	(50)

	Controladora	
	2021	**2020**
Outras despesas financeiras	(715)	(1.211)
	(5.851)	**(22.031)**
	(3.188)	**(21.597)**

30 Cobertura de Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Risco coberto	**Importância segurada**	
	2021	**2020**
Responsabilidade Civil	20.000	40.000

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas destas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo.

* * *

Diretoria

Ivo Correia Pereira
Diretor

Rosilene Silva Cardoso Marques
Contador
CRC – 080830/O-4